



Neri: Momento crítico atravessado pelo Brasil pode se tornar crônico

O avanço de uma década **EM XEQUE**

Ex-ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Marcelo Neri destaca a recente redução da desigualdade, mas critica otimismo do brasileiro e projeta retrocesso pela falta de avanços na produtividade e capacidade de poupança

POR **MARCOS MORTARI**

O que é mais importante em um país como o Brasil: fazer o bolo crescer ou distribuir as fatias entre os presentes? A questão que alimentou discussões durante décadas encontrou uma aplicação conciliadora na virada do novo milênio. O PIB (Produto Interno Bruto) cresceu na onda de uma conjuntura externa favorável e de maior estabilidade no plano doméstico, enquanto o combate à desigualdade venceu duras batalhas. De acordo com análise feita pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre os microdados da Pnad/IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), entre 2002 e 2012, a renda média dos 40% mais pobres cresceu a uma taxa anual de 6,4% acima da inflação, quase três vezes mais do que a registrada pelos 5% mais ricos.

Apesar de decisiva na última década, a saída socrática do caminho do meio por um crescimento inclusivo, no entanto, parece não ter mais condições de seguir em vigor. Do ano passado para cá, a crise econômica na qual o Brasil mergulhou acendeu um sinal de alerta no radar de quem se propõe a estudar distribuição de renda no país. Entre os olhares preocupados, ganha destaque o economista Marcelo Neri, um dos maiores especialistas sobre o assunto, ministro da extinta SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos) até o começo deste ano e presidente do Ipea de 2012 a 2014. Para ele, o país vive hoje um momento crítico, em que retrocessos começam a ser avaliados. Pesquisas recentes mostram que a ressaca já começou a ser sentida nos grandes centros urbanos e atingiu em cheio as periferias, com indicações de que a onda poderá se propagar por outras regiões.

PhD em economia na Universidade de Princeton e fundador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Neri é crítico ao otimismo natural do brasileiro. Da mesma forma que faz diagnóstico simpático às conquistas sociais recentes, repartindo os méritos da condução do processo entre tucanos e petistas sem cerimônia, o estudioso pontua falhas na implementação de políticas de longo prazo, no estímulo às agendas da produtividade

e no planejamento de poupança, em detrimento à prioridade atribuída ao consumo. Na política, área que desde jovem procurou limitar atuação, Neri ataca a falta de interesse na busca pela verdade e a instauração de um clima de extrema polarização, em que só haveria perdedores. Comandante de pasta chave do governo durante as eleições, ele não esconde o incômodo na forma como a batalha entre as campanhas foi conduzida e vê pouco espaço para novas reduções da desigualdade nesta estrutura social consolidada durante os próximos anos.

IM Quando ministro da SAE, o senhor costumava dizer que o país nunca havia vivido um momento tão favorável para a redução da desigualdade. O que explica isso?

MN Desde o fim da recessão de 2003, o Brasil cresceu e reduziu desigualdade ao mesmo tempo. É o crescimento inclusivo que gosto de chamar de “caminho do meio”. A renda do trabalho foi o principal propulsor do aumento de bem estar, com um crescimento mais forte e na base da distribuição. O que esteve por trás disso foi a melhora da educação, apesar de uma fotografia ainda muito ruim. O Brasil expandiu programas sociais, como o Bolsa Família e também a



EXISTE MUITA DIVISÃO NO BRASIL E ACHO QUE AS PESSOAS NÃO ESTÃO MUITO INTERESSADAS EM SABER QUAL É A VERDADE. TEM MUITA RAIVA NO AR

Previdência Social, principalmente pelas vias do aumento do salário mínimo. Foi uma boa política de diversificação de riscos. O Brasil cresceu de forma continuada, como não fazia há pelo menos duas décadas. E não foi só o PIB, foi um crescimento percebido pelas pessoas. A renda real cresceu ainda mais e isso atingiu regiões menos abastadas, grupos mais pobres e menos educados. Mas é preciso reconhecer que o processo da redução da desigualdade é anterior, começa em 2001 de maneira mais substantiva. O problema é que esses elementos foram sendo perdidos nos últimos anos, a começar pelo crescimento.

IM Agora as curvas de renda e PIB per capita se encontram? A boca de jacaré fechou?

MN Ela certamente não está mais se abrindo. Até 2013 ou talvez 2014, com a desaceleração do crescimento, a base caía, mas a parte de cima (crescimento da renda média) surpreendentemente acelerava. Agora, nas áreas metropolitanas, temos observado uma queda de renda trabalhista mais forte que a desaceleração do PIB, em uma espécie de efeito inverso. Mas em termos nacionais isso não é tão claro. É uma pergunta em aberto, mas há indicações de que algo mudou na passagem de 2014 para 2015.

IM O que fez de 2011 um turning point para a redução da desigualdade e como a educação se tornou variável decisiva nesse processo?

MN O estudo da desigualdade brasileira era bastante frustrante até 2001, porque ela não só era alta, como persistentemente alta. Na virada do milênio, houve queda durante dez anos consecutivos. Muito disso se deve às melhorias na educação. Em 1991, 16% das crianças entre 7 e 14 anos não estavam na escola, enquanto em 2000 esse número caiu para 4% e hoje é menos de 2%. O Brasil entrou em uma nova agenda não só de colocar toda criança na escola, mas de medir qualidade do ensino e criar novas metas. Também tivemos o processo de estabilização com o Plano Real. A partir de 2001, tem-se mais visí- »

vel a criação de programas de transferência de renda, como Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, que depois vieram a integrar o Bolsa Família, embora seus efeitos não sejam superiores a 20% da queda da desigualdade observada. O que aconteceu no Brasil foi uma mudança fenomenal em questões estruturais. Na situação atual, é importante ter em mente que é preciso fazer ajustes, como em 2003. Fomos autores do estudo que mostrava o aumento da pobreza no primeiro ano do governo Lula. Foi um ano de ajuste, mas depois a desigualdade continuou caindo. Tivemos dez anos excepcionais de crescimento inclusivo. Agora, acho que realmente chegamos ao fim desse processo, certamente influenciado pelo superciclo das *commodities* e vários componentes externos e internos.

IM Temos um cenário de desemprego crescente, inflação resiliente, juros esticados e economia em recessão. O senhor já projeta retrocessos?

MN É um período crítico, que pode se tornar crônico e implicar em retrocessos. Nas áreas metropolitanas, em particular nas periferias, já houve reversão. Percebemos que nessas regiões a queda é mais grave do que as contas nacionais indicam. Mas, quando observamos o conjunto da nação, isso ainda não aconteceu. Pela PME (Pesquisa Mensal de Emprego) do IBGE, em seis meses voltamos seis anos em termos de taxa de desemprego. No entanto, a ocupação total no Brasil ainda não caiu. E, apesar da inflação em alta, a renda média ainda não recuou pela Pnad contínua. Estamos falando de uma crise cujas colheitas datam dos últimos seis ou sete meses.

IM Até o ano passado existia um grande descompasso entre PIB per capita e renda per capita. Quais são os limites?

A teoria sugere que não é possível manter esse descompasso. A renda do trabalho é o principal motor da melhora do bem estar das pessoas, mas não pode crescer acima da produtividade indefinidamente. Pelas séries nominais, descompasso preocupante só surge a partir de



UM DOS PROBLEMAS DO BRASILEIRO É O OTIMISMO. ISSO É RUIM PARA A POUPANÇA, PARA A EDUCAÇÃO E CERTAMENTE NÃO É BOM PARA A PRODUTIVIDADE

2011, com o efeito dos deflatores.

Agora, a agenda de produtividade é a agenda do Brasil. Em 1980, tínhamos a mesma produtividade da Coreia, enquanto hoje eles nos superam em três vezes. Penso que falhamos em nossas políticas de oferta. Poderia ter sido feito muito mais em termos de educação. Não temos uma agenda de poupança; se tivéssemos tido isso nos anos de *boom*, agora o efeito da crise na vida das pessoas seria mais brando.

IM Outro fator que exige ganhos de produtividade é o fim do bônus demográfico. Como aproveitamos esse ciclo? A inclusão pode mitigar os efeitos de uma redução na oferta de mão de obra?

Boa parte do bônus demográfico já aconteceu e deve começar a jogar contra por volta de 2022/2023. O Brasil tem hoje a maior juventude em fase de trabalhar, como jamais teve e jamais terá. Pelas nossas estimativas, o efeito direto disso, por ano, foi um aumento de 0,5 ponto percentual no PIB.

Mas uma coisa que tem sido pouco olhada é o que chamo de bônus educacional (a saída de um nível muito baixo de educa-

ção). Isso é, na média, três ou quatro vezes maior que o bônus demográfico. Na base, chega a ser oito vezes. O lado preocupante é que estamos perdendo um pouco de força no avanço educacional. O natural é gerar bônus quando a população infantil é muito grande, mas já passamos dessa fase.

IM Como entraria a questão da criminalidade nessa discussão? Muitos estudos mostram o prejuízo gerado pela elevada taxa de homicídio para o PIB. Um dos fatores apontados pelos especialistas é a falta de termômetros para mensuração de qualidade das políticas públicas. O senhor concorda?

MN Termômetros existem ou podem ser facilmente criados, mas não são usados. Países da América Central têm a tradição de terceirizar política pública, o que naturalmente gera uma demanda maior por avaliação. No Brasil, como é o próprio Estado que implementa, talvez ele não queira fazê-lo. Tivemos uma profusão gigantesca de políticas públicas que não foram acompanhadas por essa preocupação, e, neste momento de forte restrição, não temos um painel de controle que permitiria uma decisão mais atrelada à relação entre custo fiscal e benefício social. A questão da juventude é emblemática. Os índices de violência são maiores nas áreas metropolitanas, onde observamos grande deterioração. Toda agenda de juventude é importante, mas a questão dos homicídios e da criminalidade precisa ter tratamento similar ao que demos para a desigualdade nos últimos dez anos e à estabilização da economia antes.

IM Como o senhor avalia sua atuação no Ipea e na SAE?

MN Durante mais da metade do meu período no governo federal, acumulei três funções: presidente do Ipea, ministro da SAE e secretário-executivo da CDES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social). O que fiz foi seguir esse caminho do meio, de crescimento e distribuição. Na SAE, conectamos o Brasil a fóruns internacionais. O país, nos últimos anos, optou

por ser o líder do terceiro mundo, mas tínhamos que ter uma pretensão maior de entrar para a primeira divisão. Também criamos uma plataforma de exportação de políticas sociais com Banco Mundial, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), chamada Mundo Sem Pobreza. Éramos enxergados como os responsáveis por dar direções na área social do governo, mas acho que faltou o Brasil aplicar mais do lado da oferta, em uma estratégia de crescimento e competitividade. A experiência foi bastante prolífica, mas 2014 foi particularmente difícil. Mesmo como cidadão, sempre me mantive à margem de qualquer ligação partidária - e acho que meu instinto era correto. No ano passado houve uma campanha dura, com muito calor e pouca luz. Não saí do governo exatamente por causa disso, mas confesso que a campanha não me deixou muita vontade de ficar. No final de novembro, coloquei meu desejo de sair.

IM Em algum momento o senhor se viu com um nível de envolvimento que não gostaria de ter tido nas últimas eleições?

MN Não acho que tive problema desse tipo. A questão é mais a polarização em que o Brasil se encontra. Há certo paradoxo: distribuição, renda e educação nunca foram tão pouco polarizadas. Porém, existe muita divisão no Brasil e acho que as pessoas não estão muito interessadas em saber qual é a verdade. Tem muita raiva no ar. Estamos entrando em um buraco cada vez maior. Não podemos viver mais três anos nessa situação. Perde todo mundo.

IM A menor polarização de renda e educação a que o senhor se referiu não seria fator influente sobre o Fla-Flu?

MN Eu não diria que seria o único componente, mas sem dúvida influenciou. A desigualdade caiu por dez anos consecutivos. Ela estava estável há trinta anos em um patamar muito alto - meio que por preferência revelada, o Brasil não



Neri: "Não tenho dúvida de que, em algum momento, vamos sair do buraco, mas quanto mais se cava, mais tempo se demora"

queria mudá-la e depois passou a querer - mas assim se acumularam tensões de toda ordem. Em certo sentido, aposto que de 2015 em diante dificilmente ela vai voltar a cair, por preferência da sociedade. Reduzir a desigualdade em um país em que ela estava deitada em berço não esplêndido é complicado.

IM Recentemente, a SAE foi extinta. Como o senhor enxerga essa iniciativa e como era pensar em políticas de longo prazo em uma cultura calcada no curto prazo?

Um dos problemas do brasileiro é o otimismo. Faz parte da nossa cultura. Isso é ruim para a poupança, para a educação e certamente não é bom para a produtividade e o pensamento de longo prazo. A missão da SAE era nobre, mas acho que o Brasil tinha e talvez ainda tenha mais ministérios do que deveria. Precisamos mais desse espírito de continuidade, mas não precisamos de um ministério para isso.

IM Desde que saiu da quarentena, o senhor retomou os trabalhos no Centro de Políticas Sociais da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e participou de debates internacionais.

Quais serão os próximos passos?

MN Fazer o trabalho que vinha fazendo. Sou muito feliz aqui. O Brasil é um país ótimo para se trabalhar com políticas públicas. Fazer isso dentro da fundação é mais fácil, pelo grande poder de influência em vários níveis de governo, além de diretamente na sociedade civil. Já recreei meu centro. O trabalho tijolo a tijolo é saudável, porque nos permite fazer uma nova arquitetura e incorporar as experiências.

IM O senhor está otimista?

MN Não. Durante muito tempo me intitulei um otimista condicionado. O Brasil tem tantos problemas, que, se atacados, seria possível dar grandes saltos. Hoje em dia, acho que estamos em uma armadilha coletiva (inflação alta, desigualdade alta, criminalidade). O problema do otimismo é que se jogam as expectativas lá para cima, o que leva a um potencial de frustração gigantesco. Vamos precisar perceber que nossos problemas nós mesmos estamos gerando, não são heranças do passado. Não tenho dúvida de que, em algum momento, vamos sair do buraco, mas quanto mais se cava, mais tempo se demora. É uma grande perda de tempo. **IM**